



A LUTA CONTRA A DITADURA, ONTEM E HOJE David Maciel¹

Confesso que peguei em armas

Autor: Antonio Pinheiro Salles

Goiânia: Editora UFG, 2009. 184p.

É bem-vinda a reedição do livro de Antonio Pinheiro Salles, *Confesso que peguei em armas*, pela Editora UFG. Lançado originalmente em 1979 como um instrumento de luta contra a Ditadura Militar, passados 30 anos o livro de Pinheiro preserva sua característica essencial, apesar do eixo da luta política ter se modificado. Na época de seu lançamento, *Confesso que peguei em armas* se incluía numa significativa bibliografia de denúncia das atrocidades cometidas pelo aparato de repressão e de informações nos porões do regime militar não só contra os opositores, “armados” ou não, mas também contra os cidadãos comuns, pois eram tempos em que mesmo o mais inocente juízo crítico em relação à ordem instituída era considerado uma ameaça à “segurança nacional”.

Produzida por prisioneiros políticos e militantes de oposição, esta literatura trazia à luz, pela primeira vez, informações sobre a dinâmica e o *modus operandi* do aparato repressivo e de informações, para quem a própria parafernália de atos institucionais, decretos e leis que compunham a legislação repressiva era insuficiente em abrangência e radicalidade, sendo ultrapassada pelos agentes da repressão permanentemente, como o livro de Pinheiro bem ilustra. Entre os

¹ Professor da Faculdade de História da UFG e autor do livro *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. Xamã, 2004.



livros publicados nesta conjuntura e com este perfil destacam-se *Tortura. A história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon e *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Jordão, ambos de 1979. Também desta época, o livro *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte* (1976), do jurista Hélio Bicudo, que denuncia a atuação do famoso Esquadrão da Morte, grupo de policiais ligados ao aparato de repressão que estendia suas atividades para além do combate aos adversários do regime, envolvendo-se no tráfico de drogas, na guerra de quadrilhas e no controle de atividades criminosas. Finalmente, há que se destacarem os livros *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis e *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979), de autoria de seu comando guerrilheiro, todos eles escritos por militantes da luta armada, trazendo relatos e depoimentos das experiências da guerrilha urbana e rural.

Para além de suas diferenças de abordagem e de concepção política, todos estes livros, assim como o de Pinheiro Salles, se inseriam na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela punição dos membros do aparato repressivo responsáveis pelas torturas, mortes e desaparecimentos de prisioneiros políticos. Na conjuntura em que apareceu esta bibliografia crítica, a Ditadura buscava sua “autorreforma”, num movimento exitoso que incorporou o AI-5 à constituição na forma do “estado de sítio” e do “estado de emergência”, ambos decretados por tempo determinado e a depender de aprovação do Congresso Nacional; aprovou uma lei de anistia também válida para os agentes de repressão; produziu uma lei partidária que pulverizou a oposição e favoreceu a criação de partidos institucionais; e aprovou ainda uma reforma sindical que atenuou os aspectos mais repressivos de controle dos sindicatos, mas não aboliu a tutela estatal sobre eles. Além disso, o aparato repressivo e de informações não foi desmontado, mas apenas readaptado para as novas tarefas de controle do

conflito político desenvolvidas na chamada fase da “Abertura”, quando a Ditadura não mais enfrentava pequenos grupos de abnegados que pegavam em armas na luta pela liberdade e o socialismo, mesmo que isolados dos trabalhadores e explorados; mas sim movimentos sociais de massa articulados nos campos e nas cidades por meio de inúmeros instrumentos de luta, organização e mobilização. Conforme nos narra Pinheiro Salles, a própria lei de Segurança Nacional, estatuto jurídico maior da repressão política no País, foi também adaptada para enfrentar as novas condições, ampliando o elenco de crimes contra a chamada segurança nacional para atingir os movimentos sociais que agora surgiam.

Assim, *Confesso que peguei em armas* se inseriu num amplo movimento de luta política promovido pelas forças oposicionistas e, especialmente, pelo movimento dos trabalhadores para não só ir além da “autorreforma” do regime, mas para enterrar a Ditadura de uma vez por todas, com todos os seus instrumentos legais e políticos, suas práticas autocráticas e seus agentes. Daí a denúncia das práticas de tortura, das condições carcerárias, das arbitrariedades cometidas contra prisioneiros, familiares e amigos, além da revelação dos nomes dos agentes da repressão diretamente envolvidos em tais crimes. Mesmo concentrado em sua experiência pessoal como militante de uma organização da esquerda armada e como prisioneiro político que passou nove anos preso no Rio Grande do Sul e em São Paulo, salta aos olhos no relato de Pinheiro Salles o uso e abuso da tortura não só como método para obtenção de informações, procedimento defendido pelo ex-presidente Geisel em depoimento publicado em livro no ano de 1997; mas como expediente para reafirmar o poder político do aparato repressivo e de informações diante dos prisioneiros políticos, mas principalmente em relação ao

próprio judiciário e ao conjunto da sociedade, como o núcleo duro do regime e não como um mero acidente de percurso, originado pela incapacidade dos comandantes militares em manter a “tigrada” sob controle, como afirma certa historiografia revisionista de origem recente.

Para além da perversidade e do sadismo inerentes, a prática da tortura transformou-se num recurso de afirmação política de um regime que veio pra ficar, francamente favorável aos interesses do grande capital e das frações burguesas a ele associadas e que tinha como inimigo fundamental os milhões de trabalhadores que produziam e produzem a riqueza social, não os pretensos subversivos que lutavam em seu nome. Mesmo às vésperas do fim do AI-5 (dezembro de 1978) e já iniciada a chamada “Distensão”, a partir de 1974, evidencia-se no relato de Pinheiro Salles o uso continuado deste recurso em associação com as maiores aberrações judiciais e legais. Para além da morte física dos que lutaram contra o regime, vislumbrava-se a morte política do mundo do trabalho, aprisionado entre o despotismo fabril, de um lado, e a autocracia burguesa perfeita, de outro.

Hoje, passados 30 anos de seu lançamento, o libelo de Pinheiro Salles continua sendo um instrumento de luta. Afinal, apesar do fim do regime militar em 1985, os elementos autocráticos mais importantes da institucionalidade política por ele criada foram mantidos, de maneira reformada, na ordem democrática criada posteriormente. Isto explica, entre outras coisas, a renitente força política de próceres da Ditadura que cevados à sombra do regime militar, mantêm-se ainda hoje em cargos políticos importantes da República, transformando privilégios em direitos e acordos fisiológicos em suposta grande

política. Explica também a enorme resistência manifesta pelos mais variados setores políticos e sociais à punição dos agentes de repressão acusados de crimes contra os direitos humanos, muitos deles ainda ocupando funções no aparato estatal, e à divulgação das informações em poder dos militares sobre os mortos e desaparecidos. Resistência esta baseada na autonomia política adquirida pelas Forças Armadas em relação à dinâmica democrática e aos governos civis que se sucederam a partir de 1985.

Por fim, explica o articulado movimento de revisão da história recente do País, operado tanto pela grande imprensa quanto por uma historiografia revisionista de grande sucesso editorial, que apresenta teses equívocas de grande significação política. As mais gritantes em sua falsidade são a tese de que em 1964 a democracia vigente estava irremediavelmente perdida, pois o conflito político empurrava o País para uma ditadura, de esquerda ou de direita, argumento que equipara a luta por reformas estruturais, inclusive a democrática, desenvolvida pelos movimentos sociais e partidos de esquerda à conspiração golpista dos conservadores vitoriosos; ou a tese segundo a qual a Ditadura foi uma “ditabranda” quando comparada com outras experiências no Cone Sul, que desconsidera que o Brasil foi o principal laboratório da repressão na região; ou ainda a tese de que a Ditadura tenha sido “derrotada” com o fim do AI-5, já em 1978.

Diante do quadro acima exposto, o livro de Pinheiro Salles mantém sua vocação original ao impedir que fatos e processos terríveis de nossa história política caiam no esquecimento e contribuir para a luta pelo estabelecimento da verdade, pela democracia e pelo socialismo, tarefas que fazem jus à biografia de seu autor.